

RESIDÊNCIAS EM SAÚDE NO BRASIL: INTENCIONALIDADE FORMATIVA E TENSÕES DISCURSIVAS NAS NORMAS

S: Internato e Residência; Educação em saúde; Sistema único de saúde; Política de saúde

Introdução

As residências em área profissional da saúde ocupam lugar estratégico na formação de trabalhadores para o Sistema Único de Saúde, articulando ensino, serviço, gestão e cuidado. Entretanto, os documentos normativos que regulam essa formação também produzem sentidos sobre o residente, o trabalho em saúde e a função social da residência. Este estudo teve como objetivo analisar, por meio de análise de discurso, a intencionalidade político-pedagógica da residência no Brasil e verificar se há tensões ou choques discursivos entre os principais marcos legais e normativos.

Métodos

Trata-se de estudo qualitativo, documental, fundamentado na análise de discurso aplicada à Lei nº 11.129/2005, à Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021 e às Resoluções CNRMS nº 2/2012, nº 5/2014, nº 1/2015, nº 3/2011, nº 3/2012 e nº 2/2017. Foram examinadas regularidades discursivas, posições atribuídas aos sujeitos, sentidos de formação, trabalho, gestão, direito e responsabilidade institucional. Por utilizar documentos públicos e não envolver dados pessoais, não se aplica submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa.

Resultados / Discussão

A análise evidenciou que a intencionalidade central da residência é formar profissionais para o SUS por meio da educação em serviço, da integração ensino-serviço-comunidade, da interdisciplinaridade e da inserção qualificada nas redes de atenção e gestão. O residente aparece simultaneamente como sujeito em formação, trabalhador em serviço, agente de mudança institucional e corresponsável pela consolidação do SUS. Observa-se, contudo, uma tensão discursiva relevante: enquanto parte dos documentos enfatiza formação integral, participação social, articulação interprofissional e compromisso com necessidades loco-regionais, outras normas reforçam dispositivos de controle, produtividade, frequência, carga horária, avaliação, reposição e desligamento. Não se identifica choque jurídico direto entre os documentos, mas há choque discursivo entre uma racionalidade emancipatória, pedagógica e democrática e uma racionalidade administrativo-gerencial, centrada na regulação do desempenho e na operacionalização da força de trabalho residente. O discurso pedagógico diz que o residente está em formação; o discurso administrativo exige presença, produtividade, cumprimento de carga horária e responsabilização; e o serviço, na prática, muitas vezes incorpora essa presença como força de trabalho necessária à manutenção da assistência.

Considerações Finais

A residência no Brasil constitui dispositivo estratégico de formação e fortalecimento do SUS, mas também expressa contradições próprias da formação em serviço. Sua potência depende de equilibrar exigência formativa, proteção de direitos, qualidade pedagógica e compromisso público, evitando que a lógica de controle e cobertura assistencial se sobreponha à formação crítica, interprofissional e transformadora.

Referência Bibliográfica

1VIÉGAS, Gabriel Franke. Determinantes do trabalho precário e da formação profissional nas Residências Multiprofissionais em Saúde (RMS): uma aproximação da temática. 2023. 100 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/49883>. Acesso em: 29 jul. 2026.

2 ORLANDI, Eni Puccinelli; NAEDZOLD, Simone de Sousa. Conjuntura sócio-histórica, política e social do Brasil: 23 anos da obra Análise de Discurso: princípios e procedimentos. Eventos Pedagógicos, Sinop, v. 13, n. 1, p. 189-198, 2022. DOI: 1